

BRASIL

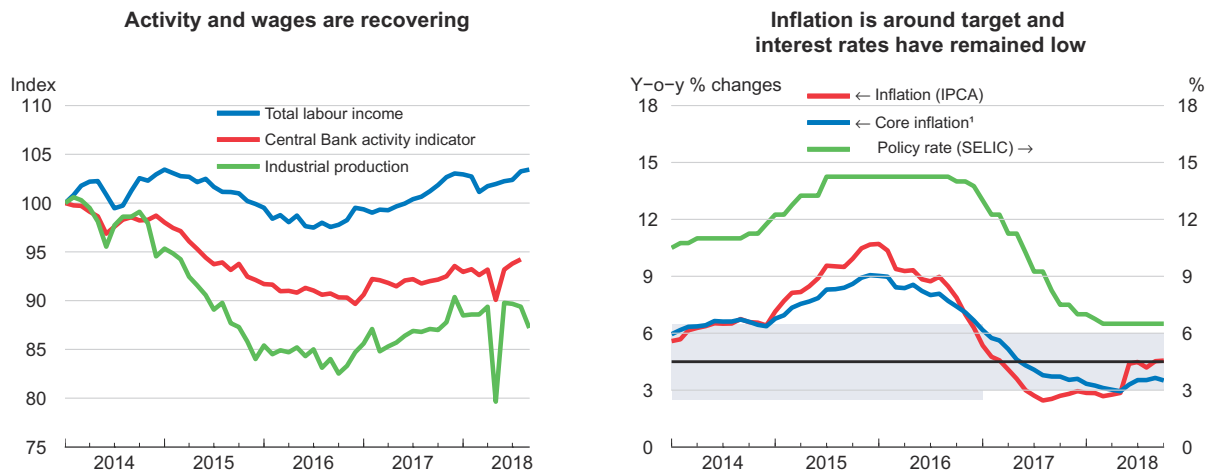
Durante 2019 e 2020 haverá uma retomada do crescimento com o aumento do consumo privado sustentado por uma melhora no mercado de trabalho. Enquanto o novo governo assume o poder, a recuperação do crédito e uma maior certeza política, favorecerão essa retomada. A incerteza política em torno da implementação de reformas permanece significativa, com possibilidade de abalar a recuperação; porém, se essa incerteza desaparecer e as reformas progredirem segundo se espera, o investimento ganhará força.

Prevê-se um aperto monetário durante 2019, à medida que a economia ganha fôlego. Sem uma importante redução nas despesas, a sustentabilidade das contas fiscais continua sob risco, principalmente em função dos crescentes gastos previdenciários. A obtenção de um consenso político para uma reforma previdenciária representará um importante desafio a ser enfrentado pelo novo governo. Manter um crescimento vigoroso exigirá esforços adicionais para fortalecer a produtividade, o que incluirá uma integração mais estreita na economia global.

Após revés temporário provocado por greve no transporte, a expansão continua

Depois de um revés ocasionado por uma greve temporária, o crescimento parece estar retomando o ritmo, apoiado pela recuperação do crédito. Mudanças na apreciação de riscos nos mercados de capitais internacionais geraram saídas de capital e uma desvalorização da moeda, porém a baixa exposição da dívida pública a mudanças no tipo de câmbio limitou o impacto na economia doméstica. Tanto a inflação como o núcleo da inflação estão abaixo da meta e as taxas de juros permaneceram baixas, favorecendo as despesas familiares. O aumento moderado dos salários e as melhorias no mercado de trabalho, embora gradativas, estão contribuindo para o consumo privado. No entanto, a qualidade dos empregos criados tem sido baixa até então, com um número desproporcional de empregos criados no setor informal.

Brasil



1. O núcleo da inflação é definido como a média das três medidas do núcleo da inflação publicadas pelo Banco Central do Brasil. Fonte: Banco Central do Brasil; IBGE; e Banco de dados Perspetivas Económicas da OCDE 104.

Brasil: **Demanda, producción y precios**

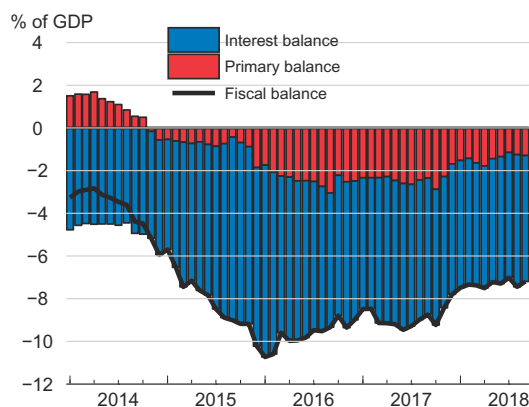
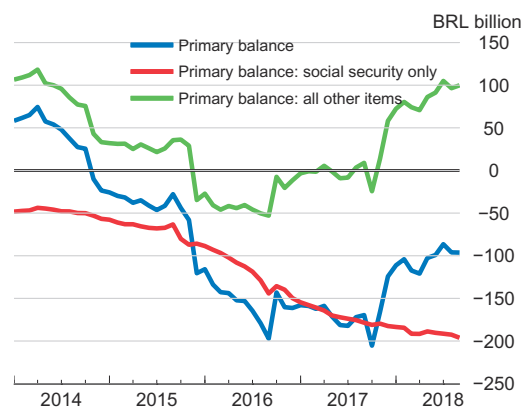
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	Current prices BRL billion	Percentage changes, volume (2000 prices)				
GDP at market prices	5 995.8	-3.4	1.0	1.2	2.1	2.4
Private consumption	3 835.2	-4.4	0.9	1.7	1.8	2.5
Government consumption	1 185.8	0.0	-0.6	0.2	1.1	1.0
Gross fixed capital formation	1 069.4	-10.4	-1.9	4.0	4.9	3.7
Final domestic demand	6 090.4	-4.6	0.2	1.7	2.2	2.4
Stockbuilding ¹	- 25.4	-0.4	0.8	0.2	0.2	0.0
Total domestic demand	6 064.9	-5.0	1.1	2.0	2.4	2.4
Exports of goods and services	773.5	1.7	5.7	-0.3	3.7	4.1
Imports of goods and services	842.6	-10.1	5.5	6.2	5.4	4.0
Net exports ¹	- 69.1	1.6	0.0	-0.8	-0.2	0.0
<i>Memorandum items</i>						
GDP deflator	—	8.1	3.7	3.3	4.4	4.5
Consumer price index	—	8.7	3.4	3.8	4.6	4.3
Private consumption deflator	—	9.2	2.9	3.0	4.9	4.7
General government financial balance (% of GDP)	—	-9.0	-7.8	-7.3	-6.5	-6.1
Current account balance (% of GDP)	—	-1.3	-0.5	-1.2	-1.8	-1.8

1. Contributions to changes in real GDP, actual amount in the first column.

Source: OECD Economic Outlook 104 database.

A melhoria da qualidade das finanças públicas continua sendo prioridade

A dívida pública bruta subiu para 77% do PIB e o saldo primário de -1,2% do PIB permanece consideravelmente abaixo dos +2% estimados como necessários para estabilizar a dívida pública. A deterioração das contas fiscais nos últimos anos se deu basicamente pelas despesas da previdência social crescentes, tendência esta que está

Brasil**Fiscal outcomes have improved gradually after a significant deterioration****Pension expenditures have contributed to the deterioration of fiscal outcomes in the past¹**

1. Acumulado em 12 meses.

Fonte: Banco Central do Brasil; e Tesouro Nacional.

propensa a se manter sem uma reforma dos benefícios sociais, mais notadamente as aposentadorias por idade.

Uma reforma previdenciária continua sendo a prioridade central para garantir uma estabilização da dívida pública no médio prazo e manter a confiança do investidor em finanças públicas sólidas e uma boa gestão da economia. Os aumentos nos gastos previdenciários diminuiram os recursos para os benefícios sociais eficazes no combate contra a desigualdade e pobreza, concentrada entre as crianças e os jovens. O salário mínimo atua como piso para todos os benefícios previdenciários e aumentou rapidamente nos últimos anos. Como consequência, os benefícios previdenciários crescentes favoreceram principalmente as famílias da classe média, ao passo que houve estagnação nas transferências altamente eficazes para as famílias pobres. Limitar os aumentos futuros nos benefícios previdenciários poderia financiar mais transferências sociais para os mais carentes, enquanto direcionaria as contas fiscais em um caminho mais sustentável.

Eleva os limiares de participação no programa de transferência de renda condicional Bolsa Família, que custa somente 0,5% do PIB, também reforçaria incentivos para frequência escolar e realização de exames médicos, reduzindo assim as desigualdades na educação e saúde. Os esforços para reduzir as despesas tributárias e os subsídios de crédito para empresas do setor privado, que criaram um terreno fértil para a corrupção sem gerar benefícios discerníveis para o bem-estar ou a produtividade, devem continuar.

As políticas estruturadas em resposta à recente greve dos caminhoneiros envolveram redução nos tributos sobre o diesel e controles do preço nos serviços de transporte de carga. Essas medidas devem acabar sendo revertidas, uma vez que minaram os esforços de consolidação fiscal, reduziram a concorrência e prejudicaram a competitividade das exportações ao elevar os preços dos insumos para muitos outros setores. O combustível diesel já era taxado abaixo do petróleo, apesar de as considerações pelo meio ambiente sugerirem o contrário. Como a intensidade de CO₂ da economia aumentou recentemente, os tributos sobre o combustível fóssil deveriam ser elevados, não reduzidos. Além disso, a população pobre está mais exposta aos efeitos nocivos à saúde advindos da poluição do ar.

A expansão da produtividade será o principal indutor de crescimento no longo prazo. Para fortalecer esse crescimento, será necessária maior concorrência em vários setores para permitir que a mão de obra e o capital se desloquem para atividades que tenham um forte potencial. Uma integração mais estreita na economia global alavancaria a eficiência ao expor mais empresas à concorrência externa e melhorar o acesso a bens intermediários e de capital com menor custo. A eficiência também seria intensificada com a redução de barreiras domésticas à entrada e a implantação de políticas para redução dos custos, tais como redução dos custos de cumprimento tributário ou melhoria na execução de contratos. Uma revisão profunda do sistema fragmentado de impostos indiretos, buscando um imposto sobre o valor agregado unificado, poderia aumentar a competitividade das empresas em todo o país.

Previsão de aumento no crescimento

Com a baixa inflação, o aumento moderado dos salários e a queda do desemprego favorecendo um consumo privado mais intenso e o progresso das reformas estimulando o investimento, espera-se aumento no crescimento para 2019 e 2020. Conforme a confiança empresarial melhora, é previsto declínio continuado no desemprego, inclusive por meio da criação de mais empregos no setor formal.

Os riscos estão basicamente atrelados à implantação de reformas. O panorama político fragmentado dificultará a criação de um consenso político para reformas essenciais, como a reforma previdenciária, sem a qual a dívida pública está fadada a crescer. Apesar de as vulnerabilidades externas do Brasil estarem limitadas em razão de um baixo déficit da conta corrente e de uma pequena parcela da dívida pública denominada em moeda estrangeira, existe a possibilidade de contágio como resultado de uma possível deterioração da situação na Argentina. Embora a Argentina responda por cerca de 7% das exportações do Brasil, o país é um destino fundamental para as exportações industriais. A possibilidade de aumento das tensões nas relações de comércio também impõe riscos para o Brasil, já que a China e os Estados Unidos são os dois maiores parceiros comerciais do Brasil